

Aula 5

Gestão de Compras: As Competências dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual e os Sistemas Informatizados de apoio às compras

OBJETIVO

- Apresentar as competências dos atores envolvidos nos processos de aquisição e contratação na Administração pública Estadual, assim como os sistemas informatizados de apoio às compras.

Prezado(a) Cursista,

A Administração Pública Estadual conta com, aproximadamente, 830 unidades de compras, distribuídas entre Administração Direta e Indireta (secretarias e unidades vinculadas, empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias, fundações e escola estaduais).

As compras e contratações realizadas pelos órgãos e entidades do Governo do Estado devem observar, conforme o caso, as leis federais nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, assim como a legislação estadual, sobre as quais falaremos mais adiante.

A operacionalização dessas aquisições ou contratações se inicia com a fase preparatória ou interna em cada uma dessas unidades, porém as licitações são processadas (fase executória ou externa) pela Central de Licitações, a exceção das escolas estaduais, que têm permissão para realizar licitações na modalidade convite.

Por outro lado, o Governo do Estado do Ceará conta com um conjunto de sistemas informatizados que apóiam a execução da política de compras governamentais e são utilizados por gestores de compras e de registro de preços, membros de comissões de licitação, pregoeiros, equipes de apoio e demais servidores envolvidos nas aquisições públicas.

Autor: Valdir Augusto da Silva

OBJETIVO

- Conhecer as competências da SEPLAG, dos Órgãos e Entidades Contratantes e da Central de Licitações (PGE).

1. Competências da SEPLAG

A Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) é o órgão responsável pela definição e implantação de normas, diretrizes e políticas, visando à gestão e o contínuo aperfeiçoamento do processo de compras e dos sistemas informatizados de apoio às aquisições dos órgãos e entidades do Governo do Estado.

Em outras palavras, a SEPLAG tem a responsabilidade de prover os demais órgãos e entidades de políticas, diretrizes e sistemas de apoio às compras.

Nesse sentido, cabe à SEPLAG acompanhar a aplicação da legislação de compras do Estado pelos órgãos e entidades, assim como a gestão geral dos sistemas corporativos de apoio às compras, a exemplo do Cadastro de Fornecedores, do Catálogo de Bens, Materiais e Serviços, do LICITAWEB (para gestão e publicação das licitações) e do Sistema de Cotação Eletrônica.

Compete à SEPLAG, ainda, a gestão geral do Sistema de Registro de Preços, utilizado preferencialmente nas aquisições corporativas. O Sistema de Registro de Preços (SRP) é o conjunto de procedimentos para seleção de proposta mais vantajosa, o qual visa ao registro formal de preços para futuras e eventuais contratações de bens, produtos e de serviços.

Neste contexto, a SEPLAG atua como órgão gestor das atas de registro de preços de bens, materiais e serviços comuns aos órgãos e entidades, mas também designa outros órgãos para serem gestores, conforme a natureza dos itens a serem registrados.

2. Competências dos Órgãos e Entidades Contratantes

Os órgãos e entidades contratantes atuam como unidades de compras e são responsáveis por iniciar os processos de aquisição, preparando e juntando toda a documentação necessária para instruir a fase preparatória da licitação (termo de referência, planilha de preços estimados, edital, minuta de contrato e demais anexos). Após o parecer favorável de suas respectivas assessorias jurídicas, o processo é remetido para execução da licitação pela Central de Licitações.

Quando se trata de aquisições por dispensa de licitação para compra ou contratação de valor não superior a 10% do limite previsto para a modalidade convite (oito mil reais), o processo é realizado integralmente pelo próprio órgão ou entidade, por meio de cotação eletrônica. Também são de responsabilidade integral dos órgãos e entidades contratantes as compras ou contratações por dispensa de licitação, em razão do objeto, e por inexigibilidade.

Os órgãos e entidades atuam, ainda, como participantes de registros de preços, mediante termo de participação, devendo, para isso, informar os quantitativos de itens nos planejamentos iniciados por órgãos gestores de registros de preços no Governo do Estado.

A efetivação da compra ou contratação e do respectivo pagamento, decorrente das licitações (inclusive para registro de preços) e das cotações eletrônicas, são de responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

É importante ressaltar que no caso das escolas estaduais, estas unidades compradoras são responsáveis, diretamente, pelas aquisições mediante Chamada Pública, Carta Convite e Cotação Eletrônica.

3. Competências da Central de Licitações (PGE)

A Central de Licitações é uma unidade administrativa integrante da Procuradoria Geral do Estado (PGE) e foi instituída por meio da Lei Complementar nº 65, de 3 de janeiro de 2008.

Compete à Central de Licitações processar as licitações oriundas dos órgãos e entidades do Governo do Estado. É o que chamamos de executar a fase externa da licitação. Dessa forma, as unidades de compras iniciam e instruem os processos com a documentação necessária e remetem para a Central de Licitações executar o certame licitatório.

A Central de Licitações é composta de pregoeiros e membros de apoio, além de comissões especiais de licitação, incluindo a Comissão Central de Concorrências, destinados a processar, respectivamente, as modalidades de licitação pregão (presencial e eletrônico) e concorrência, tomada de preço, convite, leilão e licitações com financiamento de instituições financeiras internacionais, para todos os órgãos da Administração Direta do Poder Executivo e para as suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Na figura 1, abaixo, apresentamos um diagrama resumido das competências dos órgãos e entidades do Governo do Estado.

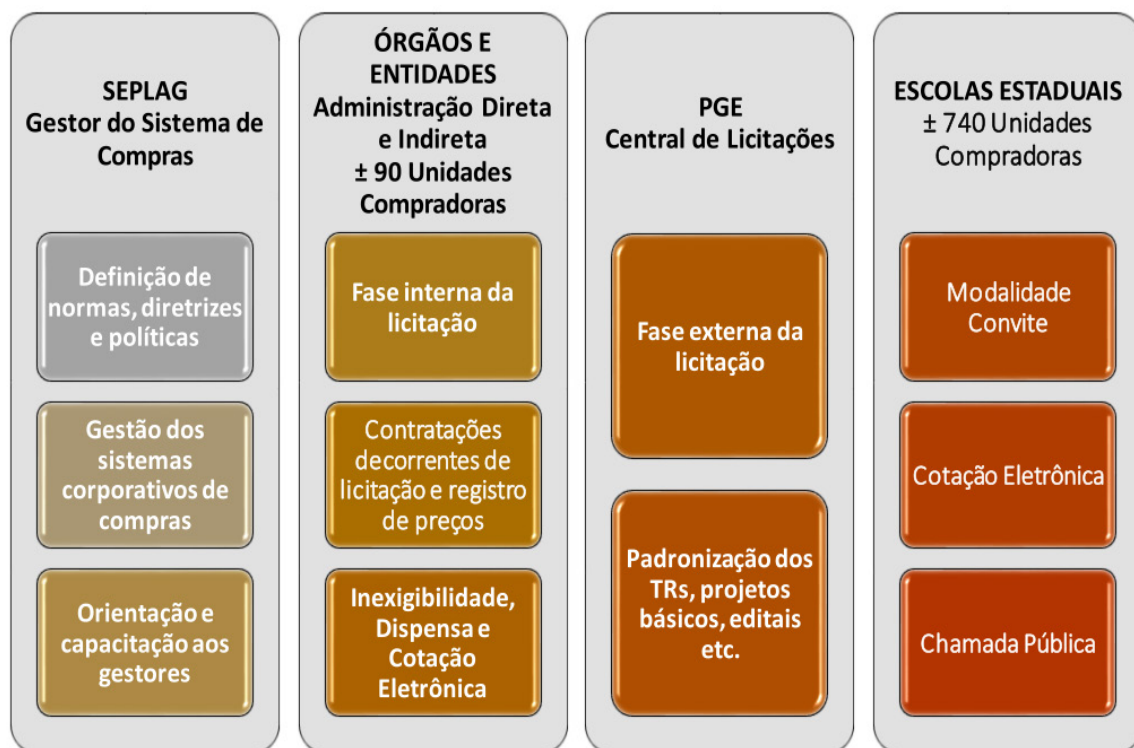


Figura 1: competências dos órgãos e entidades do Governo do Estado

No próximo tópico, iremos discutir sobre os principais sistemas informatizados de apoio às compras governamentais.

OBJETIVO

- Apresentar os sistemas de apoio às compras governamentais, quem são seus usuários, quais as suas funcionalidades e onde acessá-los.

1. Sistema Gestão de Fornecedores (CRC)

O Sistema Gestão de Fornecedores é utilizado para o gerenciamento do Cadastro de Fornecedores do Governo do Estado, por meio da inclusão e atualização de informações relativas à habilitação jurídica, à qualificação técnica e à regularidade fiscal, com base em documentos constitutivos e certidões negativas expedidas pelos órgãos oficiais.

A utilização do Sistema Gestão de Fornecedores é importante para execução das compras governamentais, pois ele permite a emissão do Certificado de Registro Cadastral - CRC, documento previsto na Lei Federal nº 8.666/1993 que pode substituir a documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira e à regularidade fiscal.

O Sistema Gestão de Fornecedores permite, ainda, o registro das sanções aplicadas a fornecedores por descumprimento da legislação, quer seja nos procedimentos licitatórios quer seja na execução dos contratos administrativos.

O acesso ao sistema é disponibilizado ao gestor do Cadastro de Fornecedores (SEPLAG) e aos usuários especialmente designados para realizarem o cadastramento e atualização das informações. No entanto, é possível a qualquer fornecedor, gestor ou pessoa interessada fazer consultas, verificar a situação de regularidade e emitir o CRC, desde que disponha do CNPJ, no caso de pessoa jurídica, ou do CPF, no caso de pessoa física. Em todos os casos, o acesso se dará via rede mundial de computadores (internet), por meio do Portal de Compras do Governo do Estado - **www.portalcompras.ce.gov.br**

Para acessar as informações e serviços sobre fornecedores, tais como “consulta à situação cadastral” e “emissão do CRC”, disponíveis no Portal de Compras do Governo do Estado, basta clicar nos links correspondentes ou no menu “Fornecedores”, na página inicial.

2. Sistema Catálogo de Bens, Materiais e Serviços

O Sistema Catálogo de Bens, Materiais e Serviços é utilizado para classificação e catalogação dos produtos e serviços nos padrões de qualidade e de desempenho exigidos pelo Governo do Estado do Ceará, permitindo a uniformidade e padronização das especificações.

A exemplo do Cadastro de Fornecedores, o Decreto Estadual nº 28.086/20006 também regulamenta a utilização do Catálogo de Bens, Materiais e Serviços, cuja principal finalidade é servir de banco de dados único de todos os itens a serem adquiridos pelos órgãos e entidades do Estado do Ceará

O sistema utiliza a estrutura do Federal Supply Classification (FSC) para estabelecer uma linguagem e estrutura únicas, propiciando a definição de padrões determinados de qualidade e de desempenho dos bens, materiais e serviços

A SEPLAG é o órgão Gestor Geral do Catálogo, a quem cabe a coordenação de estudos de padronização e atualização das especificações, a gestão e a manutenção das funcionalidades do sistema. A SEPLAG tem, ainda, como atribuição indicar outros órgãos ou entidades do Estado para atuarem como gestores de categoria de itens do Catálogo.

É importante ressaltar que somente poderão ser adquiridos itens descritos no Catálogo de Bens, Materiais e Serviços. Dessa forma, se houver necessidade, os compradores devem solicitar a inclusão de novos bens, materiais ou serviços ao gestor do Catálogo, conforme a categoria dos itens a serem comprados.

Para acessar às informações do Catálogo de Bens, Materiais e Serviços, disponíveis no Portal de Compras do Governo do Estado - **www.portalcompras.ce.gov.br**, basta clicar no link correspondente, na página inicial.

3. Sistema Gestão de Registro de Preços

O Sistema Gestão de Registro de Preços (SRP) permite a execução do planejamento e controle dos registros de preços pelos respectivos gestores e a utilização das diversas atas pelos gestores de compras dos órgãos e entidades do Estado.

A sistemática de Registro de Preços está prevista no Decreto Estadual nº 28.086/2006, porém a sua regulamentação se deu por meio do Decreto Estadual nº 28.087/2006. De acordo com essa norma infralegal, a SEPLAG é o Órgão Gestor Geral do sistema, a quem cabe gerenciar as atas corporativas e designar outros órgãos ou entidades para atuarem como gestores de categoria de registros de preços.

O Sistema de Gestão de Registro de Preços é utilizado por três tipos de usuários: o Gestor Geral de Registro de Preços, o Gestor de Registro de Preços (ou Gestor de Ata) e o Gestor de Compras dos órgãos e entidades.

Dentre as suas principais funcionalidades, destaca-se:

Planejamento de Registro de Preços

- **Planejamento de registros de preços:** são de dois tipos – o planejamento anual e o planejamento por ata. No planejamento anual, a SEPLAG abre o sistema durante um determinado mês do ano para que os gestores de compras dos órgãos e entidades informem as quantidades estimadas de aquisição, por um período de 12 meses. Neste planejamento, são incluídos todos os itens com histórico de participação em registros de preços e que estejam ativos do Catálogo de Bens, Materiais e Serviços. Por sua vez, o planejamento por ata ocorre em data posterior, de acordo com a necessidade de novos registros de preços ou a substituição de atas encerradas. Neste caso, o planejamento anual será utilizado para subsidiar a validação dos quantitativos que constarão no termo de referência do edital de licitação.

Aquisição dos itens Registrados

- **Aquisição dos itens registrados:** consiste na operacionalização das aquisições pelos órgãos e entidades participantes das atas de registro de preços, a quem cabe a emissão das ordens de compras ou serviços; o encaminhamento ao financeiro, para o empenho dos recursos e pagamento das despesas; e a efetivação dos itens, de acordo com o recebimento dos bens, materiais ou serviços. Ao Gestor da Ata cabe o acompanhamento e supervisão de todo o processo de aquisição por meio do sistema.)

Remanejamento de quantitativo de itens

- **Remanejamento de quantitativos de itens:** essa funcionalidade permite a transferência de quantitativos de itens entre os participantes da ata de registro de preços, cuja intermediação entre órgão solicitante e órgão cedente é feita pelo Gestor da Ata, tudo via sistema

Para acessar as informações sobre bens, materiais e serviços registrados em ata, quem são os órgãos gestores e os participantes dos registro de preços, disponíveis no Portal de Compras do Governo do Estado - www.portalcompras.ce.gov.br, basta clicar no menu “Registro de Preços”, na página inicial.

No próximo tópico, daremos continuidade à nossa aula, abordando os demais sistemas informatizados de apoio às compras governamentais.

OBJETIVO

- Apresentar os sistemas de apoio às compras governamentais, quem são seus usuários, quais as suas funcionalidades e onde acessá-los.

1. Sistema Licitaweb (Publicação das Licitações)

O Licitaweb é um sistema por meio do qual o Governo do Estado divulga as licitações e disponibiliza os instrumentos convocatórios e demais informações sobre os processos de aquisições governamentais.

A utilização do Licitaweb está prevista nos Decretos nº 26.314/2001 – que dispõe sobre a divulgação via internet dos editais e/ou convites de licitação lançados pela Administração Estadual Direta, suas autarquias e fundações – e nº 28.397/2006, que dispõe sobre o procedimento de cotação eletrônica para aquisição de bens e serviços comuns de pequeno valor e dá providências correlatas. Essa ferramenta tem respaldo, ainda, no Decreto nº 30.939, de 10 de julho de 2012, que dispõe sobre a operacionalização do Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

Os gestores dos órgãos e entidades contratantes devem cadastrar todos os processos de licitação e de contratação direta no licitaweb, informando dados como: nº do processo (Viproc), nº do edital, natureza e tipo da aquisição, sistemática e forma de contratação, objeto, datas de publicação e abertura de proposta, dotação orçamentária, endereços de realização e entrega, meios de contrato, além das quantidades e valores estimados de cada item.

Cabe ressaltar que as informações cadastradas no Licitaweb, a exemplo dos itens oriundos do Catálogo de Bens, Materiais e Serviços, devem constar, da mesma forma, no processo físico da licitação.

A divulgação das licitações no Sistema Licitaweb, após recebidas das unidades contratantes, é de responsabilidade da Central de Licitações, a quem cabe o processamento centralizado dos certames licitatórios. A exceção ocorre em relação aos convites realizados pelas escolas vinculadas à Secretaria da Educação, caso em que a publicação é de responsabilidade da própria instituição de ensino. Por outro lado, a divulgação no Licitaweb das compras por dispensa ou inexigibilidade de licitação cabe a cada um dos órgãos ou entidades contratantes.

IMPORTANTE

Para saber mais sobre as regras e consultar os tutoriais passo a passo do Licitaweb, acesse a página: <http://www.portalcompras.ce.gov.br/index.php/tutoriais-licitaweb>

É importante ressaltar que todas as informações sobre as aquisições e contratações pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual ficam disponíveis no Licitaweb para acesso público, inclusive os instrumentos de convocação e anexos, exceto os valores estimados nas etapas que antecedem a conclusão.

Para acessar as informações no Licitaweb sobre processos de aquisição dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, disponíveis no Portal de Compras do Governo do Estado - **www.portalcompras.ce.gov.br**, basta clicar no menu “Licitações” ou no link “Licitações Publicadas”, na página inicial.

Ainda na página inicial do Portal de Compras, no link “Banco de Itens Adjudicados”, ferramenta integrante do sistema Licitaweb, é possível consultar os preços de todos os itens adjudicados nas licitações dos órgãos e entidades.

SAIBA MAIS

Saiba mais sobre o Licitaweb consultando o documento “Perguntas Frequentes (FAQ) –Orientações aos Gestores”, no link:<http://www.portalcompras.ce.gov.br/images/stories/licitacoes/2-FAQ-Licitaweb.pdf>

2. Sistemas de Compras Eletrônicas

Considera-se compra eletrônica quando a Administração Pública realiza suas aquisições mediante utilização de sistemas informatizados, normalmente acessados por meio da rede mundial de computadores (internet).

As compras eletrônicas apresentam, entre outras, as seguintes vantagens: agilidade nos processos de aquisição, redução dos custos, maior controle das informações, transparência e democratização na participação dos interessados.

No caso do Governo do Estado do Ceará, esse recurso é utilizado nas aquisições por dispensa de licitação em razão do valor, conforme prevê o decreto da cotação eletrônica, e nas licitações realizadas na modalidade pregão.

2.1 Sistema de Cotação Eletrônica

Como vimos anteriormente, a Sistemática de Cotação Eletrônica é um conjunto de procedimentos para aquisição de bens e serviços comuns de pequeno valor, até 8 mil reais, pelos órgãos e entidades do Governo do Estado, por meio da rede mundial de computadores (Internet).

A Cotação Eletrônica é uma disputa sem sessão pública, processada por meio de sistema disponibilizado pela Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), observando os passos a seguir:

- Passo 1: O órgão promotor cadastra a cotação, anexa o instrumento de convocação (Termo de Participação), insere os itens/grupos e publica o procedimento;
- Passo 2: Durante o período (mínimo de 24 horas) disponibilizado para acolhimento de propostas, previsto no Termo de Participação, os fornecedores, previamente inscritos no Cadastrado de Fornecedores do Estado, efetuam seus lances;
- Passo 3: Ao compararem as condições e valores já registrados por outros disputantes, os fornecedores podem ofertar novos lances abaixo da sua melhor oferta;
- Passo 4: No horário especificado no Termo de Participação, as propostas serão abertas e o órgão promotor da cotação poderá negociar e/ou declarar vencedor o arrematante da melhor proposta, desde que atenda aos requisitos exigidos no instrumento convocatório.

Na figura 1 abaixo apresentamos um diagrama do processamento da cotação eletrônica, com as etapas do processo e principais atribuições dos envolvidos no procedimento da aquisição:

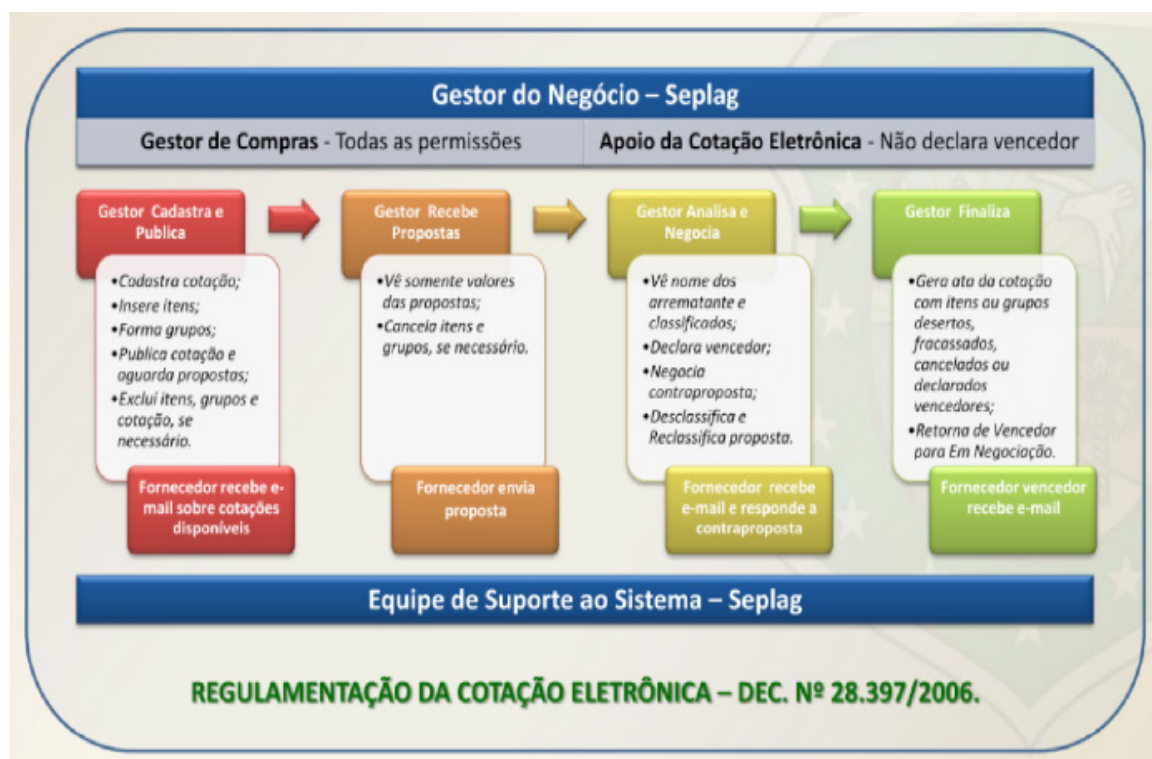


Figura 2: processamento da cotação eletrônica

Para acessar as informações e serviços relacionados ao Sistema de Cotação Eletrônica, disponíveis no Portal de Compras do Governo do Estado - www.portalcompras.ce.gov.br, basta clicar no menu “Cotação Eletrônica”, na página inicial.

SAIBA MAIS

Saiba mais sobre a Cotação Eletrônica consultando o documento “Perguntas Frequentes (FAQ) – Orientações aos Gestores de Compras”, no link: <http://www.portalcompras.ce.gov.br/images/stories/cotacao-eletronica/FAQ-GESTOR3.pdf>

2.2 Sistemas de Pregão Eletrônico

No Pregão Eletrônico, a disputa de preços entre os fornecedores ocorre em sessão pública denominada “sala virtual de disputa”, com a utilização dos recursos da tecnologia da informação.

Reunidos virtualmente, por meio de computadores conectados à internet, em horário de referência (horário de Brasília) estabelecido em edital de convocação, o pregoeiro e os representantes dos fornecedores promovem negociação direta, mediante oferecimento de propostas e lances sucessivos, com valores sempre inferiores ao seu último lance registrado no sistema, até a proclamação de um arrematante.

Encerrada a etapa de lances e, após as negociações, o licitante arrematante entregará a proposta de preços, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, por meio eletrônico, no prazo de até 24h, devendo os originais, juntamente com a documentação de habilitação e as amostras, quando for o caso, serem remetidos no prazo de até 48h, tudo contado a partir do encerramento da etapa de lances. Se a proposta e as amostras forem consideradas aceitáveis, o arrematante será declarado vencedor.

A Administração Pública Estadual, por meio da Central de Licitações, realiza seus Pregões Eletrônicos utilizando os sistemas “Licitações-e” (do Banco do Brasil) e “Compras Governamentais” (do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão).

Para participar dos pregões eletrônicos, o fornecedor deverá fazer um cadastro prévio e obter um usuário e senha privativa, acessando os respectivos portais.

As orientações de como utilizar os sistemas eletrônicos de compras “Licitações-e” e “Compras Governamentais” se encontram nos sites www.licitacoes-e.com.br (link “Introdução as Regras do Jogo”) e www.comprasgovernamentais.gov.br (link “GESTOR DE COMPRAS > PUBLICAÇÕES > MANUAIS”) respectivamente.

Com a apresentação do tópico 3, chegamos ao final da quinta aula. Ao longo desta aula, abordamos as competências dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e os sistemas informatizados de apoio às compras. Na próxima aula, iremos discutir a instrução de processos para compras/contratações pelos órgãos e entidades do Governo do Estado e o Portal de Compras do Governo do Estado.